

*Daiana
Ryu*

*Prisão
cautelar
e direito ao julgamento
no prazo razoável*





Belo Horizonte | **São Paulo**
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2021, D'Plácido Editora.
Copyright © 2021, Daiana Santos Ryu.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes
Editor Tales Leon de Marco
Produtora Editorial Bárbara Rodrigues
Capa, projeto gráfico Leticia Robini
Diagramação Leticia Robini

Catálogo na Publicação (CIP)

Ryu, Daiana
R997 Prisão cautelar e direito ao julgamento no prazo razoável / Daiana Ryu. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2021.
408 p.

ISBN 978-65-5589-342-7

1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título.

CDD: 341.5

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

<i>Lista de gráficos</i>	17
<i>Lista de tabelas</i>	23
<i>Prefácio</i>	25
<i>Introdução</i>	29
1. Tempo, processo e prisão cautelar	35
1.1. Breves reflexões sobre tempo, tempo do direito e tempo social.....	35
1.2. Tempo e processo.....	39
1.3. Tempo e prisão cautelar.....	42
2. A prisão cautelar no sistema penal brasileiro: principais aspectos	45
2.1. Diagnóstico da prisão provisória no Brasil: alguns dados estatísticos.....	49
2.2. Garantias constitucionais e prisão cautelar.....	56
2.2.1. Presunção de inocência.....	56
2.2.2. Motivação.....	62
2.3. Características da prisão cautelar.....	67
2.3.1. Provisionalidade e provisoriedade.....	67
2.3.2. Proporcionalidade.....	71
2.3.3. Excepcionalidade da prisão preventiva.....	78

2.4. Modalidades de prisão pré-cautelares e cautelares no Brasil.....	82
2.4.1. Prisão em flagrante.....	83
2.4.1.1. Espécies de prisão em flagrante.....	85
2.4.1.2. Da comunicação da prisão em flagrante e sua apreciação judicial.....	86
2.4.2. Prisão temporária.....	87
2.4.2.1. Hipóteses de cabimento.....	89
2.4.2.2. Duração da prisão temporária.....	91
2.4.3. Prisão preventiva.....	92
2.4.3.1. Pressupostos da prisão preventiva (<i>Do fumus commissi delicti</i>).....	93
2.4.3.2. Fundamentos da prisão preventiva (<i>Do periculum libertatis</i>).....	95
2.4.4. A previsão de prisões obrigatórias no Código de Processo Penal.....	100
2.5. Medidas cautelares pessoais alternativas à prisão.....	104
2.6. Audiências de custódia.....	109

3. Doutrina do “não-prazo” e o direito ao desencarceramento do acusado preso cautelarmente, caso não seja julgado no prazo razoável..... 113

3.1. O devido processo penal, a garantia da duração razoável do processo penal e o direito ao desencarceramento do acusado preso cautelarmente, caso não seja julgado no prazo razoável.....	115
3.2. A garantia da duração razoável do processo penal e o direito ao desencarceramento do acusado preso cautelarmente, caso não seja julgado no prazo razoável, nos Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos.....	123
3.2.1. Sistema global de proteção dos direitos humanos.....	126
3.2.1.1. Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos.....	127
3.2.2. Sistema regional europeu de proteção dos direitos humanos.....	130
3.2.2.1. Convenção Europeia de Direitos Humanos.....	134

3.2.2.2. Doutrina do “não-prazo” e os critérios utilizados pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos na aferição da razoabilidade do prazo.....	138
3.2.2.2.1. O caso Wemhoff vs. Alemanha e a doutrina dos sete critérios.....	140
3.2.2.2.2. A teoria dos três critérios.....	143
3.2.2.3. Os termos inicial e final para contagem da duração da prisão cautelar.....	168
3.2.2.3.1. O termo inicial.....	168
3.2.2.3.2. O termo final.....	172
3.2.2.4. Análise de casos apreciados no sistema regional europeu de proteção dos direitos humanos.....	175
3.2.2.4.1. Caso Riccardi vs. Romênia.....	176
3.2.2.4.2. Caso El Khoury vs. Alemanha.....	178
3.2.2.4.3. Caso Sergey Denisov e outros vs. Rússia.....	181
3.2.3. Sistema regional interamericano de proteção dos direitos humanos.....	184
3.2.3.1. Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem de 1948.....	189
3.2.3.2. Convenção Americana dos Direitos Humanos.....	190
3.2.3.3. Doutrina do “não-prazo” e os critérios utilizados no sistema regional interamericano de proteção dos direitos humanos para aferição da razoabilidade do prazo.....	194
3.2.3.4. Os termos inicial e final para contagem da duração da prisão cautelar.....	197
3.2.3.5. Análise de casos apreciados no sistema regional interamericano de proteção dos direitos humanos.....	198
3.2.3.5.1. Caso Firmenich vs. Argentina.....	198
3.2.3.5.2. Caso Giménez vs. Argentina.....	200
3.2.3.5.3. Caso Peirano Basso vs. Uruguai.....	203
3.2.3.5.4. Caso Argüelles vs. Argentina.....	205
3.2.3.5.5. Caso Andrade Salmón vs. Bolívia.....	207

4. O direito ao desencarceramento do acusado preso cautelarmente, caso não seja julgado no prazo razoável, no âmbito do ordenamento jurídico interno.....	213
4.1. A garantia da duração razoável da persecução penal no ordenamento jurídico brasileiro.....	213
4.2. ● direito ao desencarceramento do acusado preso cautelarmente, caso não seja julgado no prazo razoável, no ordenamento jurídico brasileiro.....	223
4.3. Prazo razoável na reforma do Código de Processo Penal: o Projeto de Lei nº 8.045/2010 e a fixação de prazo máximo para a duração da prisão preventiva.....	232
5. Análise dos critérios utilizados para aferição da razoabilidade do prazo da prisão cautelar na jurisprudência dos Tribunais Superiores Brasileiros.....	237
5.1. Pesquisa jurisprudencial: justificativa, metodologia e delimitação do espaço amostral.....	237
5.1.1. Prisão provisória, duração razoável e excesso de prazo na jurisprudência dos Tribunais Superiores brasileiros: aspectos iniciais.....	238
5.1.2. Metodologia.....	242
5.1.3. Delimitação do espaço amostral.....	244
5.2. Análise dos julgados do Superior Tribunal de Justiça.....	252
5.2.1. Pesquisa quantitativa.....	252
5.2.1.1. Panorama geral dos julgados selecionados.....	252
5.2.1.1.1. Liminares – Superior Tribunal de Justiça.....	253
5.2.1.1.2. Pareceres do Ministério Público.....	254
5.2.1.1.3. Resultado do julgamento dos casos analisados pelo Superior Tribunal de Justiça.....	255
5.2.1.2. Duração da prisão cautelar.....	260
5.2.1.3. Tipos penais.....	263
5.2.1.4. Critérios utilizados para aferição da razoabilidade do prazo.....	265

5.2.1.4.1. Número de critérios utilizados nas decisões do Superior Tribunal de Justiça	265
5.2.1.4.2. Aplicação dos critérios nas decisões do Superior Tribunal de Justiça	266
5.2.1.4.3. Resultado do julgamento e aplicação dos critérios	269
5.2.1.4.4. Elementos/fatores utilizados para averiguar os critérios nas decisões do Superior Tribunal de Justiça	273
5.2.1.5. Menção ao sistema internacional de proteção dos direitos humanos	277
5.2.1.6. Súmulas nº 21, 52 e 64 do Superior Tribunal de Justiça	278
5.2.2. Pesquisa qualitativa	280
5.2.2.1. Aplicação dos critérios para aferição da razoabilidade do prazo	281
5.2.2.1.1. Complexidade da causa	283
5.2.2.1.2. Comportamento da parte	293
5.2.2.1.3. Conduta das autoridades judiciárias	298
5.2.2.2. Menção aos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos como referência à aplicação da teoria dos três critérios pelo Superior Tribunal de Justiça	303
5.2.2.3. Delimitação do período para aferição da razoabilidade do prazo	306
5.2.2.4. Outros fundamentos para aferição da razoabilidade do prazo da prisão cautelar	311
5.3. Análise dos julgados do Supremo Tribunal Federal	315
5.3.1. Pesquisa quantitativa	315
5.3.1.1. Panorama geral dos julgados selecionados	315
5.3.1.1.1. Liminares – Supremo Tribunal Federal	316
5.3.1.1.2. Pareceres do Ministério Público	317
5.3.1.1.3. Resultado do julgamento dos casos analisados pelo Supremo Tribunal Federal	318
5.3.1.2. Duração da prisão cautelar	324

5.3.1.3. Tipos penais.....	326
5.3.1.4. Critérios utilizados para aferição da razoabilidade do prazo	328
5.3.1.4.1. Número de critérios utilizados nas decisões do Supremo Tribunal Federal.....	329
5.3.1.4.2. Aplicação dos critérios nas decisões do Supremo Tribunal Federal.....	330
5.3.1.4.3. Resultado do julgamento e aplicação dos critérios.....	332
5.3.1.4.4. Elementos/fatores utilizados para averiguar os critérios nas decisões do Supremo Tribunal Federal.....	338
5.3.1.5. Menção ao sistema internacional de proteção dos direitos humanos.....	342
5.3.2. Pesquisa qualitativa.....	344
5.3.2.1. Aplicação dos critérios para aferição da razoabilidade do prazo.....	344
5.3.2.1.1. Complexidade da causa.....	347
5.3.2.1.2. Comportamento da parte.....	355
5.3.2.1.3. Conduta das autoridades judiciárias.....	360
5.3.2.2. Menção aos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos como referência à aplicação da teoria dos três critérios pelo Supremo Tribunal Federal.....	366
5.3.2.3. Delimitação do período para aferição da razoabilidade do prazo.....	368
5.3.2.4. Outros fundamentos para aferição da razoabilidade do prazo da prisão cautelar.....	372
5.4. Análise da jurisprudência dos tribunais superiores brasileiros à luz da aplicação da teoria dos três critérios pelos tribunais internacionais de direitos humanos.....	375
5.5. Críticas à doutrina do “não-prazo”.....	378
Conclusões.....	385
Referências.....	393